

GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MEDIAÇÃO COMO CONCEITO POTENCIALIZADOR DO DIÁLOGO ENTRE A
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS CAMPOS DA ARQUIVOLOGIA,
BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Comunicação Oral

Carlos Alberto Ávila Araújo – UFMG

casalavila@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste texto é discutir o potencial que o conceito de “mediação” possui para sustentar e fortalecer os diálogos estabelecidos (ou com possibilidades de acontecer) entre a Ciência da Informação e os campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Para tanto, é problematizada a própria definição de Ciência da Informação. Para isso, são analisadas as várias perspectivas teóricas que se desenvolveram nesse campo nas últimas décadas e a ampliação do conceito de informação promovida nesse período, chegando-se à perspectiva contemporânea pragmatista que considera os contextos sócio-históricos e a intersubjetividade. Propõe-se que, por meio da especificidade do olhar informacional promovido contemporaneamente pela Ciência da Informação, as ações dos arquivos, das bibliotecas e dos museus possam ser analisadas dentro de um quadro de referência que possibilite o diálogo entre elas e sua assimilação como uma atividade de mediação no contexto de uma dimensão informacional.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the potential that the concept of "mediation" has to sustain and strengthen the dialogue established (or possibilities to happen) between Information Science and the fields of Archival Science, Library Science and Museology. Therefore, it is questioned the definition of Information Science. For this, we analyze the various theoretical perspectives that have developed in this field in recent decades and the expansion of the concept of information promoted in this period, coming to the contemporary pragmatist perspective that considers the socio-historical contexts and intersubjectivity. It is proposed that, through the point of view of the informational specificity simultaneously promoted by Information Science, the actions of archives, libraries and museums can be analyzed within a framework that enables the dialogue between them and their assimilation as an activity mediation in the context of an informational dimension.

1. Introdução

Nos últimos anos, no Brasil, vem se ampliando a oferta de cursos de graduação em Arquivologia (eram nove até 2006, hoje são 15) e de Museologia (eram três até 2006, hoje são 14). Junto a esse fato, acrescenta-se que, em um significativo conjunto de casos, esses cursos têm sido criados em escolas ou departamentos de Ciência da Informação (CI). Até aí, poderia-se pensar que se trataria de uma mera contingência institucional: estes cursos estariam sediados nestas escolas ou departamentos, nos quais já existiam cursos de Biblioteconomia, mas isso não faria qualquer diferença em sua natureza ou caracterização.

Não é, contudo, o que tem acontecido. Nas diferentes universidades onde esses cursos e áreas têm convivido, estão surgindo iniciativas ou propostas de promoção, de algum tipo e em algum nível, de diálogo e/ou integração entre eles. Seja por meio de construção de um núcleo comum de disciplinas nos cursos de graduação - como existe hoje entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ou entre Arquivologia e Biblioteconomia na Universidade Estadual Paulista (Unesp), entre outras -, de atividades transversais de investigação (promovidas por dezenas de grupos de pesquisa de diferentes instituições) ou promoção de eventos contemplando duas delas ou as três áreas - como, entre outras, o *Seminário ArqBiblio* promovido desde 2010 anualmente pela Unesp ou o *Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus à luz da era pós-custodial* promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2011 -, diversas ações têm sido desenvolvidas no país, sinalizando que a convivência entre essas áreas num mesmo espaço institucional significa mais do que uma justaposição: implica mudanças epistemológicas, incorporação de teorias e métodos, compartilhamento de conceitos e abordagens.

Assim, embora estejam ocorrendo no país diversos eventos que buscam a delimitação da especificidade destes campos e sua autonomização (como a *Reparq*, Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, que acontece desde 2010, e os encontros da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia, que acontecem desde 2008), ao mesmo tempo têm se concretizado diferentes esforços que enxergam, na proximidade institucional entre essas áreas, não um problema, mas uma potência, uma oportunidade de fertilização e incremento conceitual e de pesquisa.

A pesquisa relatada neste artigo se insere nesse movimento, particularmente na tendência contemporânea de se buscar fundamentação teórica para o movimento aproximativo entre as áreas. Nesse sentido, tem-se aqui como objetivo a problematização de um aspecto específico: a potencialidade do conceito de mediação para se pensar nas possíveis relações teóricas e epistemológicas entre os campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da

Museologia com a Ciência da Informação, dadas as configurações contemporâneas de cada uma das áreas envolvidas.

2. O que é, afinal, Ciência da Informação?

A primeira questão a ser problematizada diz respeito à própria definição do que seja Ciência da Informação (CI). Embora possa parecer estranho ser preciso voltar a um nível tão básico quanto a definição do que é uma área de conhecimento que já existe há algumas décadas, no caso da CI isso se faz necessário sobretudo pela grande quantidade de interpretações e visões do que seja o campo. É comum se ver uma identificação de CI como uma ciência responsável pelas ações e serviços de provisão de informação no ambiente de ciência e tecnologia. Essa é uma visão presente e disseminada, por exemplo, pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) nos anos 1970, quando essa entidade propôs a criação de políticas de informação científica e tecnológica para os países em desenvolvimento (uma expressão dela se consolidou com o manual de Guinchat e Menou traduzido para diversos idiomas). No Brasil, o Ibict (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) também adotou essa visão em diversos documentos e pesquisas ao longo das décadas de 1970 e 1980. Uma segunda visão comum é de que a CI seria uma espécie de extensão da Biblioteconomia, uma continuidade dela ou, no mínimo, uma parceira (interpretação fortalecida pela consolidação da expressão *Library and Information Science* nos Estados Unidos e Inglaterra). Uma terceira visão muito disseminada é de que a CI trata de informação a partir de dispositivos computacionais, visão essa originada pela ideia de que a CI seria uma espécie de recuperação automatizada da informação. Tal visão se consolidou na esteira da proposta do *Memex* por Vannevar Bush, da criação da área de Recuperação da Informação, por Mooers e foi a seguir propagada por Saracevic que propôs que a recuperação da informação seria o “núcleo” da CI.

Essas três formas de entendimento do que é a CI são, naturalmente, legítimas, ainda que parciais. Cada uma delas tem sua razão de ser. De fato a CI surgiu no ambiente de ciência e tecnologia e desde o início esteve muito ligada a esse ambiente, embora não tenha ficado circunscrita a ele. Num determinado momento, houve uma espécie de sobreposição entre a CI e a Biblioteconomia. Grande parte dos recursos informacionais estudados pela CI se inseriam em bibliotecas, muitos serviços desenvolvidos pela CI se assemelhavam às práticas biblioteconômicas – a ponto inclusive de, institucionalmente, grande parte da CI ter se desenvolvido em escolas ou faculdades de Biblioteconomia. Por fim, existe também uma ligação entre a tecnologia da informação e a CI, principalmente porque foi a possibilidade de

migração do conteúdo dos documentos de um suporte físico para outro (num primeiro momento com a microfilmagem, posteriormente com as tecnologias digitais) que inspirou a própria migração das preocupações dos documentos para a informação (como será discutido adiante). Assim, cada uma dessas três visões revela, *em alguma medida*, o que é a CI. Mas nenhuma delas esgota o que é a CI. Nem mesmo a junção das três seria capaz de apresentar uma definição adequada de CI.

E é aqui que se insere a problemática discutida neste texto. No momento em que, contemporaneamente, tanto a Arquivologia quanto a Museologia se aproximam para dialogar com a CI, é, primeiramente, com alguma destas três visões (eventualmente com duas delas, ou até com as três) que elas se deparam. E, colocados assim os termos para o diálogo, torna-se empobrecedor, quando não desestimulante, para essas duas áreas do conhecimento (a Arquivologia e a Museologia) aproximarem-se da CI. Entre os argumentos mais comuns que apontam a impertinência desse diálogo encontram-se as ideias de que estas duas áreas lidam com questões que se referem a muitos outros ambientes além daquele relativo à ciência e tecnologia; de que elas são muito mais amplas do que apenas o processo “documentário”, isto é, do tratamento técnico (e que suas técnicas são muito específicas, sendo inadequado simplesmente aplicar os mesmos princípios biblioteconômicos aos acervos e coleções arquivísticos e museológicos); de que, embora os arquivos e museus virtuais/digitais sejam uma realidade muito significativa, os campos de conhecimento não podem se resumir a eles ignorando as suas demais manifestações. Além disso, essa visão da CI deixa de fora uma série de questões relevantes para os dois campos, tais como as discussões sobre memória, patrimônio, cultura, entre outras. Em suma, os argumentos que defendem que a CI não tem tanto a oferecer à Arquivologia e à Museologia, tomados nestes termos, fazem muito sentido – e são eles que têm sido, nos últimos anos, os principais pontos levantados por aqueles que têm defendido a separação (em alguns casos, radical) entre essas áreas de conhecimento.

Mas aqui é que entra um outro ponto, fundamental, que muitas vezes não emerge com suficiente clareza nos debates: a CI não se resume ao que apresentam as três visões listadas acima. Ao longo de seu desenvolvimento nas últimas décadas, a CI viu se desenvolverem, nela, diferentes perspectivas teóricas, campos e subcampos de pesquisa, novas problemáticas e metodologias. O próprio objeto de estudo do campo passou a ser definido de forma diferente ao longo do tempo. E é no conjunto dessas transformações, compondo um campo muito mais rico do que aquele desenhado nos anos 1950 e 1960, que se encontram as possibilidades de se estabelecer um diálogo efetivamente produtivo com os campos da Arquivologia e da Museologia. E não apenas porque o campo se tornou mais rico, no sentido de ser mais

abrangente, agregando novas temáticas, incorporando novos conceitos. O próprio rumo tomado pela CI, a direção tomada pelas transformações, a coloca numa condição de diálogo privilegiado com estas duas áreas – e, nesse processo, como se pretende demonstrar a seguir, a noção operatória de “mediação” apresenta-se extremamente pertinente para estabelecer os termos do diálogo.

3. A evolução da Ciência da Informação

Para se identificar então o que é a CI, é preciso percorrer a sua evolução não apenas desde suas origens mas, antes disso, aos seus primórdios. Entre os elementos que contribuíram para seu surgimento misturam-se contextos institucionais, atividades práticas e/ou profissionais e também o desenvolvimento de teorias e reflexões acadêmicas. Em meio a tudo isso, é possível visualizar pelo menos três grandes fenômenos.

O primeiro deles é a gradativa consolidação da Documentação como área de conhecimento. Iniciada com os trabalhos de Otlet e La Fontaine, a Documentação consistiu numa proposta de um grande movimento cooperativo, em nível planetário, para que fosse estabelecido uma espécie de “inventário” de toda a produção humana de conhecimento registrado. É nesse sentido que a Documentação representa uma novidade em relação a outras áreas do conhecimento e instituições (como os arquivos, as bibliotecas e os museus) que também lidavam com o conhecimento registrado: seu objetivo não era juntar uma coleção, guardar um estoque numa determinada instituição, mas sim promover um serviço transversal, cooperativo entre as diferentes instituições (e entre os diferentes *tipos* de instituições, também). É aqui que tem origem o que muitos autores chamarão, décadas depois, de uma perspectiva *pós-custodial* (SILVA, 2006): não se trata de negar o custodial, a importante e necessária função promovida pelas instituições de guardar, custodial, os acervos documentais; a Documentação propôs uma outra ação, uma outra frente de trabalho, composta por uma gigantesca rede de registros destes acervos custodiados nas instituições. Mais do que “ter” o documento, interessava aos pesquisadores envolvidos com a Documentação promover uma listagem, um registro de “onde” poderia estar cada um dos documentos produzidos pelos seres humanos. Nascida como uma iniciativa institucional (promovendo eventos, encontros, e chegando a propor a construção de uma “cidade do conhecimento”, o *Mundaneum*), a Documentação conheceu posteriormente um importante processo de legitimação teórico-conceitual, primeiro por Otlet e, depois, por autores em diferentes contextos como os Estados Unidos (Bradford), França (Briet) e Espanha (López Yépez).

O segundo fenômeno importante foi a atuação que diversos cientistas começaram a desempenhar sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, primeiro na Inglaterra, depois nos Estados Unidos e em outros países, de prover seus demais colegas de informação em suas respectivas áreas de atuação. Alguns químicos, físicos, engenheiros e outros cientistas começaram a se dedicar ao trabalho de elaborar índices, resumos, promover canais de disseminação, de forma a facilitar a agilizar o trabalho de seus pares e, depois de algum tempo, começaram a designar a si mesmos *cientistas da informação* (FEATHER; STURGES, 2003). Embora tenha nascido como uma atividade eminentemente prática, ao longo dos anos essa iniciativa foi se direcionando para uma importante institucionalização, primeiro na Inglaterra, com a realização da *Royal Society Scientific Information Conference*, em 1948, e a criação, em 1958, do *Institute of Information Scientist*. Pouco depois, na União Soviética, foi criado o Viniti, *Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii*, vinculado à Academia de Ciências. E, a seguir, em 1958, ocorreu nos Estados Unidos a *International Conference on Scientific Information*. Nesse processo de institucionalização, foi-se firmando, por um lado, a ideia de que a CI era uma ciência dedicada à informação em ciência e tecnologia. Igualmente importante, contudo, foi a preocupação de base dessas ações: não mais a necessidade de se ter a posse dos documentos, mas a prioridade dada à sua circulação, ao seu fluxo, e ao atendimento das necessidades dos cientistas em sua frente de trabalho. Por um caminho bastante diferente, acentuou-se a vertente pós-custodial estabelecida pela Documentação.

O terceiro fenômeno se deu na confluência de desenvolvimentos tecnológicos e a conseqüente problematização científica de seus desdobramentos. Como já citado acima, na década de 1930 o progressivo uso das técnicas de microfilmagem foram pouco a pouco conduzindo a uma reflexão sobre a possibilidade de dissociação entre o suporte físico da informação e o seu conteúdo, na medida em que o conteúdo de um livro ou jornal poderia ser microfilmado e, portanto, preservado (e também utilizado, disseminado, etc) de forma independente do documento original. Com o desenvolvimento dos computadores nos anos seguintes, esse pensamento se acirrou: um item físico de informação poderia ser convertido em dígitos e, como tal, preservado, transmitido, transportado e reproduzido (o que, décadas depois, com o advento das redes de computadores e a convergência das mídias, iria adquirir proporções muito maiores). Aumentaram as possibilidades de acesso, de guarda, de compartilhamento justamente pelo desprendimento da materialidade. É a passagem da preocupação com uma manifestação física do conhecimento humano (seu registro num suporte material) para a preocupação com o seu conteúdo que marca a mudança do uso do

termo “documento” para o termo “informação”. Justamente para dar conta disso é que dois pesquisadores ligados ao MIT, Shannon e Weaver, publicaram, em 1949, um importante livro que traz, pela primeira vez, um conceito *científico* de informação, preparando o terreno para o surgimento de uma disciplina dedicada a esse objeto. Em sua definição de “comunicação” como um processo em que um emissor envia uma mensagem para um receptor (no qual a informação é uma medida da probabilidade dessa mensagem), os autores dizem que tal processo comporta três dimensões: uma dimensão técnica (aquilo que é transmitido precisa ser fisicamente recebido do outro lado), uma dimensão semântica (aquilo que é transmitido está sujeito a interpretações, possui um “potencial” de sentidos possíveis) e uma dimensão pragmática (algo é transmitido de uma pessoa para outra no seio de determinadas ações, contextos, objetivos). Mas os autores produziram, deliberadamente, uma teoria voltada apenas para a primeira dimensão (SHANNON; WEAVER, 1975).

Encontram-se aí os elementos que deram origem à CI. Em primeiro lugar, uma preocupação não com a custódia, a posse de documentos, mas com a sua circulação, sua disseminação, a promoção de seu uso da maneira mais produtiva possível. Depois, o foco não propriamente nos documentos (registro físico) mas em seu conteúdo ou, dito de outro modo, na *informação* contida nos documentos. É nesse sentido que a CI, embora tendo em seu leque de preocupações os registros do conhecimento humano, mostrou-se, desde sua origem, marcadamente fincada numa dimensão bastante diversa daquela presente em outras áreas/disciplinas também voltadas para o estudo, o manuseio, a preservação e a promoção do uso desses registros (tais como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia). Essa distinção é por si só significativa para marcar tanto a especificidade de cada uma das áreas como a *novidade* representada pelo surgimento da CI. Mas ela não é ainda suficiente para justificar qualquer tipo de fertilização teórica ou conceitual entre a CI e as demais áreas. É apenas com a evolução teórica da CI nas décadas seguintes que surgem as bases efetivas para a concretização dessa possibilidade.

Uma vez constituída institucionalmente como uma disciplina científica, a CI viu-se diante do desafio de possuir uma teoria e um objeto que embasasse suas pesquisas. Para tanto, serviu-se inicialmente da Teoria Matemática proposta por Shannon e Weaver – uma teoria, como dito pelos próprios autores, voltada *apenas* para a primeira dimensão dos problemas relacionados com a comunicação e a informação. Ao considerar apenas os problemas técnicos relativos à transmissão de mensagens, a CI operou uma “redução” de seu objeto de pesquisa, considerando apenas os aspectos fisicamente observáveis e mensuráveis da “informação”, inserindo-se claramente na perspectiva positivista ainda em voga sobretudo nos contextos de

pesquisa da época da guerra fria sintonizados com objetivos estratégicos militares. Confirmando essa tendência, em 1968 Borko publicou um pequeno artigo definindo CI e propondo que seu objetivo era o estudo do comportamento e das propriedades gerais da informação. Legitimando-a dois anos depois, Saracevic, ao afirmar que a CI é uma ciência interdisciplinar por natureza, reforçou a importância do aporte de pesquisadores das ciências naturais que trazem, junto com eles, também um modo de *raciocínio científico* próprio – justamente o modo positivista, que consiste na aplicação, aos fenômenos e processos humanos, das mesmas técnicas de observação e pesquisa das ciências da natureza, em busca de leis e princípios universalmente válidos.

Toda uma agenda de pesquisa se desenvolveu a partir daí, seguindo-se um diálogo intenso da CI com a área de Computação (no estudo e desenvolvimento de sistemas de informação) e com a Biblioteconomia – ou, melhor, com *uma parte* da Biblioteconomia, justamente aquela mais voltada para os instrumentos de processamento técnico dos registros bibliográficos, adaptados e aplicados pela CI ao processamento técnico “da informação”. Essa visão de CI se consolidou, expressa em manuais que se tornaram muito populares em todo o mundo (como o do próprio Saracevic e de outros autores como Le Coadic, Taylor e Flynn). Ao mesmo tempo, essa CI é que se presta a uma colaboração muito pequena (ou mesmo irrisória) para dialogar com os campos da Arquivologia e da Museologia e promover, a partir desse diálogo, algum tipo de incremento teórico ou conceitual.

Mas o que a CI de fato se tornou foi muito mais do que essa primeira versão expressa em trabalhos como o de Borko e de Saracevic. A evolução de suas diferentes perspectivas de pesquisa, antes, parece demonstrar que o caminho da CI tem sido o de, gradualmente, incorporar em sua problemática as outras duas dimensões apontadas por Shannon e Weaver. A primeira delas, a dimensão semântica, vem sendo reivindicada pela CI principalmente por meio de pesquisadores relacionados com a dimensão cognitiva dos fenômenos informacionais. O evento *The Copenhagen Conference Theory and Application of Information Research*, ocorrido em 1977, na Dinamarca, é considerado um marco na manifestação da necessidade de incorporação dessa dimensão. A segunda, a dimensão pragmática, vem sendo trabalhada por autores contemporâneos do campo, e teve como marco de surgimento o *I CoLIS – International Conference on Conceptions of Library and Information Science*, realizado em 1991, na Finlândia.

Mas, antes de descrever o significado destes dois movimentos, é importante se destacar a maneira como se chegou a eles. Para isso, é imprescindível avaliar como foram se desenvolvendo as diferentes perspectivas em CI ao longo das décadas. Embora diferentes

autores apresentem diversos mapeamentos da CI, será usado como referência para essa apresentação o quadro de González de Gómez (2000), que identifica alguns “programas de pesquisa” no campo da CI. O primeiro deles, que está na origem mesma do campo, é o do estudo dos fluxos de informação científica e tecnológica. Embora alguns estudos iniciais estivessem voltados para a busca de caracterizações universais das diferentes fontes e recursos informacionais presentes na prática científica (tempo de produção de cada um deles, vantagens e desvantagens, completude, custos, etc), muito rapidamente esses estudos se deslocaram para as práticas informacionais dos cientistas, identificando a importância da comunicação informal (com a descoberta dos “colégios invisíveis”), ampliando portanto o foco de observação da CI.

Nos anos seguintes, a crescente conformação de um campo de pesquisas especificamente voltado para os usuários inseriu a dimensão cognitiva na agenda de pesquisas. Necessidades de informação, estratégias de busca da informação, competências informacionais (fenômenos/atributos que não estão presentes na fisicalidade dos documentos) também se tornaram objeto de estudo da CI. Os sujeitos passaram enfim a ser vistos como tais – e não apenas como atributos sócio-demográficos sujeitos a leis e variáveis intervenientes, cujas ações seriam sempre apenas reflexos de forças colocadas *fora* deles.

Também o campo voltado para a economia política da informação (bem como estudos voltados para as ligações entre informação, cidadania e democracia) começou a problematizar a ligação existente entre fontes, serviços e sistemas de informação e os contextos econômicos, políticos, regulatórios, sociais e culturais nos quais essas fontes, serviços e sistemas se inserem. Essa problematização foi fundamental para se perceber a natureza essencialmente histórica e contextual dos fenômenos informacionais – em franca oposição à perspectiva positivista universalizante dos anos 1960.

Os estudos em gestão da informação e do conhecimento também trouxeram uma série de inovações. Entre elas, a própria distinção entre “conhecimento tácito” e “conhecimento explícito” (tomada da filosofia de Polanyi) ajudou a esclarecer ainda mais as distinções entre documento e informação. No âmbito dessa subárea também foram estudados os processos por meio dos quais conhecimentos tácitos tornam-se explícitos e vice-versa, bem como a natureza coletiva desse processo.

Por fim, os estudos mais recentes em representação da informação, incorporando as possibilidades trazidas com o hipertexto e as interfaces digitais, proporcionaram um grande avanço na própria percepção do caráter essencialmente *construído* dos processos de representação. Organizar e representar a informação não são processos de “reprodução” da

realidade, não consistem na produção de um “espelho” do real – antes, significam diferentes maneiras (realizadas por atores específicos, em contextos sócio-históricos específicos e, importante destacar, a partir de tecnologias específicas) por meio das quais a realidade é apreendida e sistematizada.

Analisando-se as contribuições teóricas dessas diferentes correntes (apresentadas aqui muito sucintamente, dados os limites deste texto), torna-se mais fácil demonstrar como vem se dando a evolução do próprio *conceito* de informação no âmbito da CI. Num primeiro momento, a Documentação e a atividade dos primeiros “cientistas da informação” marcaram uma primeira direção: a CI estaria preocupada com a otimização dos fluxos dos documentos, com a sua circulação e o seu uso, mais do que com sua posse e seu tratamento técnico. A seguir, a própria evolução tecnológica (e a “revolução digital”) pareciam demarcar claramente a diferenciação entre “documento” e “informação”. Contudo, a adoção acrítica da Teoria Matemática e de uma postura positivista, a preocupação em encontrar as propriedades gerais da informação tomada como “coisa” (ou seja, os documentos) e desenvolver sistemas de recuperação de itens informacionais acabaram *reconduzindo* a CI para o estudo dos documentos, daquilo que tem existência física, passível de ser medido e quantificado. Informação deixou de ser entendida como “coisa” enquanto suporte (o livro, o documento) mas continuou sendo “coisa” no sentido de “conteúdo”, um conteúdo “objetivo”, entendido da mesma forma por qualquer sujeito, passível de ser “objetivamente descrito”, ainda que podendo estar inscrito em diferentes suportes. Tal visão é o que Capurro (2003) chamou de uma perspectiva *física* de estudo da informação, que vigorou como tendência hegemônica da CI na década de 1960 e continuou forte nas décadas seguintes.

Observando-se a evolução das diferentes pesquisas, é possível perceber que desde finais dos anos 1970 vários autores começaram a definir “informação” numa perspectiva mais abrangente. Nos anos 1980 proliferaram definições de informação relacionando-a com “dado” e “conhecimento”. Informação já não seria mais o documento, o dado, a “coisa” física; e nem o conhecimento que está na mente das pessoas – ela emerge da *interação* entre eles. Essa é a grande inovação teórica daquilo que Capurro (2003) chamou de *modelo cognitivo*: algo pode ser definido como informação não apenas por aquilo que tem em si, mas somente na perspectiva de um sujeito que conhece. Os dados, aquilo que tem existência material, possuem uma dimensão objetiva (e ela define um certo horizonte de possibilidades de significado). Já o conhecimento do sujeito também estabelece um horizonte de compreensão, por ser composto de coisas “já sabidas” e por quadros de sentido nos quais o já sabido se acomoda. A informação emerge do encontro dessas duas esferas, aquilo que o dado “diz” e

aquilo que o conhecimento “permite” compreender do dado. Tem-se aqui um quadro de compreensão da informação mais complexo – a dimensão semântica foi, afinal, incorporada à CI.

É a partir da década de 1990 que se observa um novo avanço teórico. Diferentes estudiosos, das mais diversas subáreas da CI, foram obtendo resultados de pesquisa que apontavam que esse “algo” identificado como “informação”, obtido no processo de interação entre dados e conhecimento, não era definido apenas pelo sujeito específico, um sujeito individual, isolado, destacado do mundo e do convívio com outros. Antes, os contextos específicos (as realidades históricas, políticas, econômicas, culturais) são parcialmente determinantes do processo. Ao mesmo tempo, o coletivo, isto é, as demais pessoas com quem o sujeito específico interage, também são fundamentais na determinação do processo. Ou seja, as pesquisas desenvolvidas nas últimas duas décadas evidenciaram o caráter essencialmente contextual e intersubjetivo dos fenômenos informacionais. E a CI, incorporando em seu objeto de estudo essas dimensões, acabou por finalmente “acolher” a dimensão pragmática apontada em 1949 por Shannon e Weaver – no movimento teórico denominado por Capurro (2003) “paradigma social” da CI.

Após percorrer todo esse conjunto, o que é a CI, então? Naturalmente que todas as ampliações e transformações vivenciadas pela CI já não permitem mais identificá-la com as três visões gerais que se costuma ter da CI apontadas no início deste texto. A evolução dos três grandes modelos de estudo da CI (que foram apontados neste texto a partir da contribuição de Capurro, mas que poderiam ter sido analisados a partir da argumentação de outros autores) exigem e convocam a uma redefinição da especificidade do campo.

Na vigência do modelo “físico”, a CI, embora voltada para o estudo dos documentos, dos itens informacionais fisicamente observáveis, não era uma outra Documentação, nem uma outra Biblioteconomia ou qualquer ciência voltada para o estudo de documentos. Havia desde ali uma especificidade, um *olhar próprio* da CI sobre esses objetos. Da mesma forma, com a conformação do modelo “cognitivo”, a CI não se tornou uma “ciência dos conhecimentos”, uma “ciência das ideias”, isto é, uma ciência daquilo que estaria “dentro da mente” das pessoas – embora mantivesse também aí um *olhar próprio* sobre esses fenômenos. Agora, no âmbito da perspectiva contemporânea pragmatista, inserem-se o contexto sócio-cultural e o contexto interacional dos sujeitos no escopo do objeto de estudo do campo. Mas a CI não é a ciência dos contextos sócio-culturais e nem a ciência das interações entre os sujeitos. Porém ela busca, também nesses elementos, algo de específico, de particular: a dimensão

informacional presente nesses fenômenos. É, mais uma vez, aí que reside o *olhar informacional*, o lugar de onde a CI observa os diferentes fenômenos da realidade.

Mas o que isso significa? O que é, afinal, informação, na confluência dessas contribuições? Recorremos novamente a Capurro que, em outro trabalho (CAPURRO, 2009), para definir informação, remonta aos conceitos gregos de *eidōs* (ideia) e *morphé* (forma), significando “dar forma a algo”, que permite a construção de um olhar que se inscreve no âmbito da ação humana sobre o mundo (“in-formar”) e a partir do mundo (se “in-formar”). Ou seja, os seres humanos, em suas diferentes ações no mundo (produzir pesquisa científica, construir sua identidade, monitorar o ambiente mercadológico, testemunhar direitos e deveres, etc), produzem registros materiais, documentos – eles *in-formam*. É *essa ação* de produzir registros materiais que é a informação, que é o objeto de estudo da CI. A CI não estuda a ação administrativa, política, cultural, etc, em si mesmas, mas apenas naquilo que elas têm de *informacional*. Ao mesmo tempo, os seres humanos, também em suas diferentes ações (pode-se citar as mesmas ou outras, como tomar decisões de investimentos, testemunhar determinados direitos, comunicar-se com os outros, etc), utilizam documentos, registros materiais – os seres humanos *se in-formam*. É também essa ação de utilizar, se apropriar dos registros de conhecimento que é a informação, e que é também objeto de estudo da CI.

É nesse sentido que Silva (2006) aponta que os documentos, os registros materiais, são apenas um epifenômeno da CI – eles não são os objetos de estudo, são apenas uma manifestação primeira a partir da qual podem ser buscados e analisados os fenômenos informacionais. Numa argumentação semelhante, Bates (1999, citada por Robredo, 2003) compara a CI com um *iceberg*: acima da linha da água, no plano do visível, estariam os documentos; mas, abaixo da linha da água, estaria todo um conjunto de fenômenos e processos que também fariam parte do objeto de estudo da CI.

4. A relação com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia: mediação

É justamente a visão descrita acima que apresenta uma CI muito mais interessante para dialogar com a Arquivologia e a Museologia. Voltando ao quadro explicativo apresentado acima, se a CI destaca e estuda a dimensão informacional (a ação de produzir documentos e a ação de usar esses documentos, isto é, as maneiras como os seres humanos se relacionam com os documentos) no âmbito dos mais diversos fenômenos humanos (administrativos, jurídicos, políticos, culturais, etc), como ela enxergaria os arquivos, as bibliotecas e os museus? Nessa perspectiva, arquivos, bibliotecas e museus nada mais fazem do que *interferir*, se colocar no meio, desse amplo processo em que seres humanos criam e

usam registros para desempenhar todas as suas demais tarefas. Ao recolher documentos e os tratar (desenvolver coleções, catalogá-las, descrevê-las, classificá-las, etc) os arquivos, as bibliotecas e os museus estão “in-formando” novamente, estão produzindo novos registros. Ao mesmo tempo, essas instituições só fazem isso para que as pessoas utilizem, busquem, acessem, visitem - ou seja, são instituições que promovem incentivos para que as pessoas “se in-formem”. Essa ação de interferência, essa intervenção específica concretizada por essas instituições, podem ser vistas, na perspectiva do *olhar informacional* operado pela CI, como ações de *mediação*. Arquivos, bibliotecas e museus agem como mediadores na medida em que, por meio de uma intervenção intencional, buscam promover o contato entre aquilo que está/estaria separado (as pessoas dos registros de conhecimento), buscam otimizar a maneira como os seres humanos se relacionam com esses registros (produzindo-os e os utilizando). Essas instituições atuam, pois, como intermediárias, dentro de um vastíssimo conjunto de ações informacionais que ocorrem a todo tempo e em todo lugar. Aqui estaria a força da CI para trazer contribuições efetivas para os campos da Arquivologia e da Museologia – e, por que não, para a Biblioteconomia também. A CI não traria apenas uma contribuição para recuperar dados em arquivos, bibliotecas ou museus digitais, nem seria apenas uma nova técnica de processamento a se somar às demais, nem veria essas instituições apenas como elementos no fluxo da informação em ciência e tecnologia. Nesse novo quadro interpretativo, a CI poderia contribuir para analisar a dimensão propriamente informacional da mediação promovida pela ação arquivística, biblioteconômica e museológica. Isso significa estudar e refletir sobre os processos por meio dos quais as instituições arquivo, biblioteca e museu “in-formam” - isto é, selecionam documentos para compor os acervos, escolhem determinados instrumentos de descrição, operam determinadas estratégias de disseminação e promoção de acesso, etc.

Para se ter uma medida do significado e/ou da importância dessa contribuição, faz-se necessário avaliar, ainda que em linhas muito gerais, a maneira como cada uma dessas três áreas de conhecimento se consolidaram como disciplinas científicas. Apesar de todas as imensas diferenças existentes entre elas, é possível identificar um processo com características comuns entre as três. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que o surgimento dos primeiros tratados e manuais de arquivos, bibliotecas e museus se dá no contexto do Renascimento na Europa Ocidental. E tal fato não é um acaso: é justamente nesse período, em que ocorre uma revalorização do ser humano, da verdade humana (em oposição à lógica teocêntrica dominante na Idade Média) que se verifica, também, uma valorização das obras humanas, das produções humanas. Arquivos, bibliotecas e museus são revalorizadas como

instituições, e as primeiras obras a respeito delas destacam a importância de sua ação custodial, preservacionista, como guardiãs dos “tesouros” produzidos pelo ser humano. Estas instituições são então associadas com a ideia de patrimônio. Em segundo lugar, com o progressivo advento da Modernidade nos países europeus e a transformação radical promovida nas várias instituições humanas, também os arquivos, as bibliotecas e os museus são transformados. Essa reorganização institucional motiva a produção de novos estudos sobre arquivos, bibliotecas e museus, produção essa essencialmente centrada nos procedimentos institucionais necessários para o seu adequado funcionamento. Por fim, ao longo do século XIX, diversos manuais e tratados enfatizam a vertente técnica, as regras para a descrição e organização dos acervos custodiados nas instituições arquivo, biblioteca e museu. Em sintonia com o espírito positivista da época, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia buscam sua configuração como disciplinas científicas a partir do mesmo modelo das ciências até então legitimadas como tais – as ciências da natureza.

Essas três características (a custódia dos “tesouros”; os procedimentos institucionais; as regras de tratamento técnico) irão compor o “núcleo” de preocupação dos campos científicos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Ao mesmo tempo, a dimensão propriamente reflexiva e problematizadora a respeito dos arquivos, bibliotecas e museus foi sempre sendo realizada em outros campos científicos, tais como a Administração, o Direito, a Pedagogia, as Belas Artes, a História e a Antropologia – do que resultou uma ideia, que vigorou por décadas, de que Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia seriam ciências “auxiliares” das demais, sem estatuto científico próprio e autônomo.

Ao longo do século XX, contudo, importantes desenvolvimentos teóricos promoveram uma contínua ampliação do escopo de atuação das três áreas em pelo menos quatro grandes eixos: estudos sobre as funções exercidas por essas instituições na dinâmica social; estudos de natureza crítica voltados para os papéis ideológicos exercidos por elas; estudos a partir da perspectiva dos sujeitos, voltados para os pontos de vista dos usuários ou públicos; estudos sobre os processos de representação promovidos pelas instituições. Como resultado dessas diferentes frentes de estudo, foram se conformando abordagens mais recentes que têm buscado estudar justamente os processos de reciprocidade relacionados com as instituições (arquivos, bibliotecas e museus), o contexto social mais amplo ao qual elas pertencem, os públicos que as utilizam ou se relacionam com elas, e as dimensões simbólicas envolvidas nesses processos. Exemplos dessas abordagens contemporâneas são, na Arquivologia, as discussões sobre o “arquivo total” (SILVA et al, 1998), sobre o “contexto” do exercício das práticas arquivísticas (COOK, 1997) e sobre os arquivos como “construção social”

(DELGADO GÓMEZ; CRUZ MUNDET, 2010); na Biblioteconomia, os estudos sobre biblioteca e constituição da esfera pública (VENTURA, 2002), sobre competência informacional (CALIXTO, 2010) e sobre as potencialidades das bibliotecas virtuais para a promoção do compartilhamento da informação (ROWLEY, 2002); na Museologia, as discussões sobre o ecomuseu (PESSOA, 2001), sobre o museal como objeto da Museologia (MARIAUX, 2005), sobre o patrimônio imaterial (COSTA, 2009) e sobre as interações sócio-técnicas que ocorrem nos espaços museais (MARTY; JONES, 2008). Em todos eles encontra-se, de uma ou de outra forma, a ideia de mediação, isto é, de uma intervenção intencional, de um “colocar-se entre” e, por meio justamente desta ação, fazer se relacionarem diferentes sujeitos, instituições e instâncias. Mas são diferentes maneiras de se enxergar a mediação acontecendo. Analisar essa mediação como uma mediação *informacional*, contudo, é uma maneira de fazer com que as diferentes teorias e conceitos nas três áreas possam estabelecer um terreno comum de discussão. É aí que entra a CI, por meio do conceito de mediação, como campo fértil para promover o diálogo.

5. Considerações finais

No início deste texto foram apresentados os acontecimentos institucionais contemporâneos no Brasil que motivaram uma reflexão epistemológica sobre as possibilidades de diálogo entre os campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia com a CI. Uma questão que poderia ser levantada é: qual a pertinência dessa discussão? Por que se pensar em diálogo com a CI e não com outras áreas?

Nos tempos atuais, em que tanto se publica sobre interdisciplinaridade, complexidade, globalidade e cooperação, parece ponto pacífico pensar que as disciplinas científicas não deveriam ficar isoladas, estanques cada uma em seu espaço – na verdade, muitos pensadores têm demonstrado as fragilidades de uma especialização excessiva. Então, não é preciso argumentar muito sobre a importância dos cursos (e das áreas) de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia conversarem entre si e se fortalecerem mutuamente. Mas uma questão que às vezes é colocada é: por que com a CI?

Naturalmente, essas três áreas possuem muito mais em comum do que uma dimensão informacional. Elas também partilham de uma dimensão comunicativa (todas elas buscam interlocução com públicos), administrativa (instituições e recursos que precisam ser geridos), educacional (todas atuam no âmbito formativo e pedagógico). Essas três áreas poderiam conviver e dialogar, com tranquilidade, em faculdades ou escolas de Comunicação, de

Administração, de Educação ou muitas outras. Em cada lugar desses, contudo, o diálogo se daria numa direção específica.

O fato concreto é que, onde essas três áreas acabaram por compartilhar, no Brasil, de um mesmo espaço institucional, isso aconteceu em faculdades ou escolas de CI. Pode-se pensar que isso seja ou venha a ser um mero acaso, ou pode se pensar nisso como uma ótima oportunidade de promoção de diálogo por meio da *dimensão informacional* envolvida nas práticas arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas – dimensão essa que é ressaltada, para fins de reflexão científica, justamente pelo *olhar informacional* promovido pela CI. Isso não significa que a CI seria um “guarda-chuva” para essas três áreas. Não quer dizer que a CI as englobaria. Mas significaria, sim, que, dentre os vários aspectos envolvidos nas dinâmicas arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas, existe uma dimensão informacional, e seria nela que o diálogo entre as três poderia ser realizado. Avançando mais um pouco, mais do que realizado, esse diálogo poderia ser ainda potencializado justamente por meio da noção de “mediação”. Tal noção representa um ponto de encontro tanto das tendências contemporâneas em CI quanto das perspectivas mais atuais no campo da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. “Mediação” não é a única categoria capaz de promover esse diálogo, obviamente. Mas, com certeza, é uma categoria importante, como se buscou demonstrar na discussão sustentada neste texto.

Referências

- CALIXTO, J.A. (Ed.). **Para além da Branca de Neve**: bibliotecas, educação e literacia da informação. Lisboa: Colibri; CIDEHUS/EU; Biblioteca Pública de Évora, 2010.
- CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.
- CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1, 2009. **Anais...** Leon: Universidad de Leon, 2008.
- COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p. 17-63, 1997.
- COSTA, P. (Coord.). **Museus e patrimônio imaterial**: agentes, fronteiras, identidades. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits, 2009.
- DELGADO GÓMEZ, A.; CRUZ MUNDET, J.R. **El archivo como construcción social**. Candelaria: Asarca, 2010.
- FEATHER, J.; STURGES, P. **International Encyclopedia of Information and Library Science**. Londres: Routledge, 2003.

- GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Datagrama zero: Revista de Ciência da Informação**, v.1,n. 6, dez/2000.
- MARIAUX, P. (Éd.). **L'objet de la muséologie**. Neuchâtel: Institut d'Historie de l'art et de Muséologie, 2005.
- MARTY, P.; JONES, K. (Orgs.). **Museum informatics: people, information and technology in museums**. Nova Iorque: Routledge, 2008.
- PESSOA, F. **Reflexões sobre ecomuseologia**. Porto: Afrontamento, 2001.
- ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.
- ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.
- SHANNON, C.; WEAVER, W. **Teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, 1975.
- SILVA, A. M. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1998.
- SILVA, A. M. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.
- VENTURA, J. **Bibliotecas e esfera pública**. Oeiras: Celta, 2002.